

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Instituto de Ciências Humanas – IH  
Departamento de História - HIS  
Monografia de Conclusão - Curso de Graduação  
Professor Orientador: Dr. Mateus Gamba Torres

**Exílio e monitoramento brasileiro no Chile de Allende (1970-1973)**

Laura do Nascimento Morais

Brasília  
2022

## AGRADECIMENTOS

A finalização desse trabalho carrega o peso de imenso esforço não só meu, mas de minha mãe, tia e pai que foram força imprescindível para a realização desta etapa e que seguem apoiando meus interesses agora na pós-graduação.

Gostaria de agradecer também às minhas irmãs, Brunna e Mariana, que ouviram todos os detalhes desse trabalho antes mesmo de iniciá-lo em prática. Eu brinco que a Mariana deveria ganhar um diploma em História também – se eu escrevi, ela leu. À minha avó Lia, pela presença e conforto, e ao meu avô Fidelis, que não pôde ver a conclusão dessa etapa da minha vida neste plano.

Quero agradecer meu orientador, Mateus Gamba, por sempre acreditar nas minhas ideias e aceitar me acompanhar na pesquisa desde a Iniciação Científica em 2019. Seu apoio significa muito.

Obrigada para todos os professores da graduação que fomentaram o amor pela vida acadêmica e pela historiografia, aqueles que me guiaram na direção de minhas afinidades e que sabendo ou não ajudaram a achar meu lugar na pesquisa acadêmica.

Aos meus amigos – os de escola, do estágio no Itamaraty e aqueles que o destino me apresentou – obrigada pelo carinho e momentos de distração durante todos esses anos, principalmente durante a elaboração desta pesquisa e nos momentos de sobreposição entre a escrita deste trabalho e a seleção de mestrado. Um obrigado especial à Lígia Kaori Kondo e Luana Monteiro, minhas colegas de vida e graduação.

*Uno sube y el otro a su covacha  
baja huyendo del tiempo y de la historia.*

Pablo Neruda

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 1 - PANORAMA DA ELEIÇÃO DE SALVADOR ALLENDE E O BRASIL NOS ANOS DE CHUMBO	10
CAPÍTULO 2 - O BRASIL NO CHILE	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
FONTES PRIMÁRIAS	40
BIBLIOGRAFIA	41

**RESUMO**

A presente pesquisa busca compreender como funcionou o exílio brasileiro no Chile, sendo este motivado pela outorgação do AI-5 em 1968. A pesquisa foca especialmente nos anos do governo de Salvador Allende, o primeiro presidente socialista a ser democraticamente eleito na América Latina, e no monitoramento feito pelo governo brasileiro durante este período. O trabalho busca compreender como a comunidade brasileira funcionou no país durante a presidência de Allende e o seu funcionamento no Chile para amparar os brasileiros que chegaram buscando asilo, além de a forma que a ditadura civil-militar brasileira lidou com essas questões.

**Palavras-chave:** Exílio; Ditadura militar chilena; Salvador Allende; Anos de chumbo; Asilados brasileiros.

## INTRODUÇÃO

Ao tratar de uma pesquisa sobre regimes autoritários é preciso levar alguns pontos em consideração, em especial sobre os seus mecanismos e implementação em um país previamente democrático. É importante compreender a forma em que o autoritarismo moderno é elevado ao poder e quais seus objetivos quando tem sucesso. O estado de exceção é, de modo geral, implementado por uma guerra civil legal que permite a eliminação física não apenas dos adversários políticos, mas também de categorias de cidadãos que, por algum motivo, não são integráveis ao sistema político. A criação de um estado de emergência definitivo tornou-se prática comum dos Estados contemporâneos – inclusive nos chamados democráticos (AGAMBEN, 2004, p.13).

Ponderar sobre os efeitos da perseguição política em contextos como esse é profundamente importante. Percebe-se que tal estratégia foi usada para a vantagem do regime contra aqueles que manifestavam discordâncias sobre o sistema em funcionamento, sendo que existia uma pluralidade de vítimas cujas origens e motivações eram distintas. Nascida como consequência da perseguição política ou como uma medida para antecipar-se em face dela, o exílio consiste na evasão da pátria em que o regime autoritário reside. Edward Said argumenta que o exílio torna-se uma alternativa às instituições de massa que dominam a vida moderna. Não é uma questão de escolha, “nasce-se nele, ou ele nos acontece” (SAID, 2003, p.51).

A pesquisa aqui proposta busca aprofundar a questão do exílio brasileiro no Chile, motivado em decorrência do golpe civil-militar de 1964 e que perdurou até a implementação da ditadura Pinochet em 1973. O corte temporal específico do trabalho irá tratar dos anos do governo de Salvador Allende (1970-1973) devido a intensa atividade política ocorrida neste período e sua significância para a trajetória do Chile no restante do século XX.

O triunfo de Allende nas eleições de 1970 foi fruto da dedicação e apoio da classe operária chilena em substituir o sistema vigente no país e resultado das habilidades do candidato da *Unidad Popular* (UP), mas além disso, significou um verdadeiro marco para a política da América Latina. Pode-se notar o caráter do governo em algumas de suas primeiras medidas: reintegrou empregados despedidos da *Línea Aérea Nacional* e da *Empresa Nacional de Minería*, revogou mais de 20 decretos sobre aumentos de preços e da eletricidade, estabeleceu cuidados médicos gratuitos em postos e policlínicas, dissolveu o *Grupo Móvil* - de natureza repressiva - e perdoou 43 presos políticos, sendo que a maioria pertencia ao

*Movimiento Izquierda Revolucionária* (MIR).<sup>1</sup> É igualmente importante citar que a implementação da reforma agrária tomou um novo ritmo no Chile de Allende, tendo desapropriado – com o pagamento das propriedades para o dono do terreno expropriado<sup>2</sup> – o dobro do número de hectares que o governo anterior.<sup>3</sup>

Além das medidas domésticas, Allende também reafirmou a soberania política do país e reatou as relações diplomáticas com Cuba, Nigéria, Mongolia, China, Tanzânia e Líbia e as relações comerciais com o Vietnã e a República Popular da Coreia (CORVALÁN, 2003).

As ações aqui citadas possibilitam familiarizar-se com o teor do governo de Allende - a reforma socialista por meio de vias democráticas estava a todo vapor. Por essa razão o Chile tornou-se um lugar propício para o exílio de brasileiros que buscavam fugir da ditadura que tomava conta do país, especialmente durante os anos de chumbo, quando a implementação do Ato Institucional nº 5 fortaleceu a repressão no país e o Ato Institucional nº 13 deu abertura para brasileiros que resistiram ao regime fossem banidos.

Para melhor entendimento das expressões utilizadas, é notável destacar a importância da terminologia utilizada em relação aos exilados. O aspecto político tem grande papel neste sentido, pois ao se levantar contra o regime político vigente existe o risco de ser perseguido politicamente. Nesse sentido, existe um atrito: a pessoa que tem desejo de lutar pela mudança de seu país é obrigada a aderir ao exílio, seja por ter sido expulsa formalmente ou por sua própria proteção, como uma resposta às perseguições e ameaças. Nesse sentido:

Os princípios políticos, embora possam ser reavaliados no exílio - e frequentemente são -, fortalecem o exilado, preparando-o para o enfrentamento de sua condição. O *exilado* tem um projeto sócio-político para a sociedade. É a derrota deste projeto, ao mesmo tempo individual e coletivo, ou as dificuldades consideradas intransponíveis para a sua implementação que o fazem exilado (ROLLEMBERG, 1999, p. 45).

Os exilados brasileiros viveriam, no entanto, um conflito: não abraçavam a classificação de refugiado pois não se reconheciam como vítimas, negando dessa maneira a

---

<sup>1</sup> O MIR é um grupo político que participava de ações armadas, tendo abandonado este foco durante o governo de Allende. Teve grande destaque durante a ditadura Pinochet pelas ações que visavam a derrubada do governo e foram sistematicamente perseguidos pelo regime, o que teve como consequência a morte de seu secretário geral, Miguel Enriquez, em 1974.

<sup>2</sup> CHILE. Lei nº 16640, Artigo 4 de 16 de julho de 1967. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=28596&idParte=&idVersion=1989-01-07> Acesso em: 14 ago. 2022.

<sup>3</sup> A primeira lei da Reforma Agrária foi promulgada pelo presidente Jorge Alessandri em 1962. O governo seguinte, de Eduardo Frei Montalva, promulgou uma segunda lei. É em comparação ao seu regime que se pode observar um aumento nas expropriações durante o governo de Allende.

“infantilização implícita no tratamento das organizações internacionais de acolha”<sup>4</sup>, mas se identificavam com o termo de exilado. Porém, quando se fala do contexto chileno, os benefícios legais e materiais eram de grande valia para eles – ao mesmo tempo que significava uma espécie de limite e controle. Este paradoxo teve seu ponto alto após a queda de Allende, visto que o acontecimento fez com que os exilados se espalhassem geograficamente. Até o golpe de Estado, ser exilado político era uma posição valorizada, numa conjuntura de acirramento dos movimentos sociais de esquerda (ROLLEMBERG, p. 41).

Partindo do pressuposto que o exilado tem participação política em sua pátria e que se viu na situação de deixá-la para sua própria proteção ou em decorrência do banimento, é interessante notar que houve por parte do governo brasileiro um monitoramento destes indivíduos. Considerando que os órgãos de informação do governo – o mais famoso sendo o Serviço Nacional de Informação, o SNI – já praticavam a vigilância de militantes e figuras envolvidas na política brasileira, não é uma surpresa constatar que esta não era suspensa no momento que os indivíduos deixavam o país.

Este trabalho irá concentrar-se nos mecanismos do exílio como condição forçada aos inúmeros brasileiros que deixaram o país durante o regime militar, focando em especial nos anos de governo socialista de Allende no Chile. Para melhor compreender as ações destes indivíduos a pesquisa também irá se aprofundar na questão do monitoramento e vigilância praticados pelo governo brasileiro no período, usando para este fim fontes advindas de órgãos como, por exemplo, o SNI, Ministério das Relações Exteriores e o da Aeronáutica. Estes fundos encontram-se todos disponíveis para acesso público no Sistema de Informações do Arquivo Nacional.<sup>5</sup>

Sobre as origens das fontes primárias que serão utilizadas é importante frisar que, dos diversos fatores em jogo quando se faz uma pesquisa historiográfica, a origem destes documentos é um que precisa ser ponderado adequadamente. A história do exílio e dos diversos brasileiros que foram forçados a aderir a ele sob a visão dos documentos originados dos órgãos supracitados pode ser bastante frutífera para construção da narrativa trabalhada, mas há a necessidade de reconhecer não ser a única forma de construí-la e acima disso, é preciso manter-se ciente de sua procedência.

---

<sup>4</sup> A autora opta pelo uso da palavra “acolha”, cujo existência não consta na língua portuguesa, devido ao fato desta aparecer frequentemente nos depoimentos de exilados, sendo uma tradução mais fiel ao sentido da palavra francesa “accueil”.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>

Além de trabalhar as condições em que o exílio foi imposto, é necessário observar como estas pessoas agiam a fim de ter um melhor entendimento da experiência no país, especialmente considerando o golpe de 11 de setembro de 1973. Para este sentido, é relevante citar aqui outros tópicos que serão trabalhados com mais afinco nesta pesquisa como a Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade - também conhecida como “caixinha” - e o periódico *Frente Brasileño de Informaciones*, ambos importantes para compreender as ações dos brasileiros no Chile durante o exílio. Sobre a ACBS:

Assim como a AEBU (Associação de Exilados Brasileiros no Uruguai), a “Caixinha” procurava auxiliar aqueles que chegavam a organizar a documentação, a conseguir moradia e recursos para as demais necessidades. Segundo o depoimento de Thomás Togni Tarquínio, ex-exilado no Chile, a “caixinha” era a única organização que se ocupou da recepção e instalação dos brasileiros no Chile (MARQUES, 2011, p. 102).

As publicações feitas por brasileiros no exílio compõem um conjunto cujo a análise pode contribuir para a visão da militância exercida por estes enquanto no Chile. Percebe-se que os exemplos de construção de uma comunidade brasileira de exilados citados anteriormente não eram casos isolados. A experiência dos exilados brasileiros produziu uma variedade de associações e comitês cujo intuito é possível atribuir a vontade de trabalhar a favor da resistência e contra o regime militar, mas também pela necessidade de integração nas comunidades de exilados. Desse modo, obtém-se a ampliação das fronteiras nacionais, o que Herbert José de Souza observava como a “visão brasilocêntrica” se reconfigurando no entendimento do Brasil “como parte de um sistema” (SILVA, 2015, p. 62). É preciso lembrar que algumas dessas organizações não necessariamente estavam em funcionamento apenas dentro do Chile, visto que o esforço brasileiro de se manter a par da política do país também atingia outras localidades.

A presente pesquisa irá utilizar os conceitos aqui apresentados a fim de produzir uma análise coerente sobre os acontecimentos que perduraram na América Latina durante o século XX. A erupção de regimes autoritários na região afetou a vida de suas populações fazendo com que o exílio se torna não uma opção, mas necessidade para a segurança. A sua adesão ocorreu por aqueles com inclinação pela militância política e, por vezes, por seus entes próximos. Contudo, também foi visto como uma inevitabilidade para aqueles que foram banidos do país, que foi o caso dos presos políticos entregues pelo regime militar como resultado das ações de sequestro a ministros estrangeiros. De qualquer maneira, é importante evidenciar que a insegurança foi o carro chefe dos brasileiros forçados ao exílio.

Ao trabalhar a vivência dos exilados no Chile em um momento de grande transformação política, busca-se compreender como os brasileiros atuavam no país e suas relações como uma

comunidade expatriada. O estudo do monitoramento destes serve para entender a posição do governo militar sobre estas ações e para ter um melhor entendimento das ações de vigilância que se mantinham fora do Brasil, considerando nesse sentido que o período aqui estudado, no governo de Allende, pode ter sido interpretado como desfavorável para a cúpula militar que mantinha o poder.

Considerando a frequente participação política dos brasileiros exilados como evidenciado pelos periódicos e associações mencionados, é possível imaginar que os mecanismos utilizados para a distribuição e conservação destes esforços possam representar como aqueles em exílio se organizavam e qual influência exerciam no meio. Assim, o trabalho espera obter as reflexões necessárias para construir uma narrativa que conte a construção da comunidade brasileira no Chile e ao mesmo tempo, que demonstre os interesses e mecanismos da ditadura civil-militar brasileira sobre o assunto.

O primeiro capítulo deste trabalho irá tratar do contexto histórico dos eventos a serem analisados, sendo estes a eleição de Allende no Chile e o período dos “Anos de Chumbo” no Brasil. Nota-se a importância de entender o panorama que levou o exílio a ser escolhido - ou forçado - por alguém. O segundo capítulo foca na análise das fontes colhidas com objetivo de estudar as comunidades brasileiras no Chile e observar como se dava o monitoramento das autoridades brasileiras neste sentido.

## **CAPÍTULO 1 - PANORAMA DA ELEIÇÃO DE SALVADOR ALLENDE E O BRASIL NOS ANOS DE CHUMBO**

### 1.1 Brasil nos anos de chumbo

Para fazer uma análise do Chile durante o governo de Allende é necessário discutir o período que antecedeu este feito, ou seja, o de sua campanha para presidente em 1970. O contexto desse momento é essencial para compreender os mecanismos do mandato do presidente e suas dificuldades, mas além disso, é importante dar atenção às ideias e reações apresentadas pela população chilena nesses anos. Seguindo essa lógica, é igualmente interessante contextualizar o momento em que o Brasil estava. Portanto, este capítulo irá tratar da conjuntura chilena e do contexto brasileiro nos denominados “anos de chumbo”, termo que será usado nesta pesquisa para denominar o período após a publicação do AI-5, em dezembro de 1968, até o fim do governo de Emílio Médici em 1974, devido ao caráter de repressão representado pela criação dos órgãos de informação (CASTRO, 1994 p. 11).

É importante elaborar aqui, além dos eventos ocorridos neste período, a razão desta seção estar presente no trabalho. A função principal deste capítulo é apresentar um panorama da situação que antecede os acontecimentos a serem aprofundados no segundo capítulo, e o contexto dos anos em que a ditadura civil-militar brasileira agravou seu policiamento e repressão é necessário a fim de entender como e por que o exílio tornou-se produto disso tudo. Especialmente levando em consideração a possibilidade de banimento legalizada pelo AI-13 em 1969, onde foi estabelecido que o mesmo poderia ser aplicado a ao brasileiro “inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional”<sup>6</sup>.

Nesse sentido, busca-se compreender o que intensificou a situação no Brasil durante este período, e como estes eventos funcionaram de forma geral. Mas o que marca o início destes anos? Para melhor entender a conjuntura aqui tratada, é preciso começar pela decretação do Ato Institucional 5 (AI-5) e assimilar como tal evento modificou o cenário do Brasil no final dos anos 60.

O AI-5 teve como precedentes quatro outros atos: o primeiro, de 9 de abril de 1964, modificou a constituição de 1946 quanto à eleição e conferiu aos Comandantes-em-chefe das Forças Armadas poderes sob o âmbito político. O segundo, de 27 de outubro de 1965,

---

<sup>6</sup> BRASIL. Ato Institucional nº 13, 5 de setembro de 1969. Brasília, DF, 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br//CCIVIL\\_03/AIT/ait-13-69.htm](http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-13-69.htm)>. Acesso em: 28 out. 2022.

modificou novamente a constituição, mas dessa vez em relação à organização dos três poderes e outras alterações. O terceiro, datado de fevereiro de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas nacionais, estaduais e municipais. O quarto é do mesmo ano do ato anterior, mas com 10 meses de diferença, e trata da convocação do Congresso Nacional para discussão e outorga do Projeto de Constituição apresentado pelo então presidente Castelo Branco<sup>7</sup>.

Levando em consideração o teor dos atos institucionais aqui demonstrados, observa-se uma mudança no conteúdo do quinto destes, outorgado em dezembro de 1968, sobretudo por não ter data de expiração. O AI-5:

Suspende a garantia do *habeas corpus* para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências.<sup>8</sup>

Observa-se o motivo da instituição do ato ser considerado uma virada de chave na ditadura civil-militar. O ato responsável pelo agravamento do governo representou uma mudança não só na forma de atuação do regime, mas também nos seus apoiadores devido ao fato de representar um ponto de radicalização do governo para uns e “revolução” para outros. Na figura 1 pode-se observar uma manchete do jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, na manhã em que se seguiu a outorga do Ato Institucional nº 5. A matéria na íntegra esclarece as competências do ato, incluindo a abertura para suspensão de direitos políticos de quaisquer cidadãos e a suspensão da garantia de *habeas corpus*.



Figura 1: Manchete do Correio da Manhã (RJ) na manhã seguinte à promulgação do AI-5.<sup>9</sup>

<sup>7</sup> Todos os atos estão disponíveis em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em: 28 out. 2022.

<sup>8</sup> BRASIL. Ato Institucional nº 5, 13 de setembro de 1968. Brasília, DF, 1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 28 out. 2022.

<sup>9</sup> Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1968. Edição 23217, p. 1.

Na página 3 da mesma edição, o processo para estabelecimento do ato é apresentado de forma mais elaborada. A reunião do Conselho de Segurança Nacional (CSN) em que a medida foi discutida ocorreu no Palácio Laranjeiras, e é notado que “a perplexidade tomou conta dos setores políticos nacionais” devido aos movimentos ocorridos para o estabelecimento do novo Ato Institucional. Sobre os parlamentares que chegaram ao Palácio Monroe<sup>10</sup>, o jornal os descreve como trazendo “na face, a expressão da amargura”.<sup>11</sup>

Há algumas justificativas que podem ser utilizadas para entender a motivação do governo para estabelecer a medida, sendo estas a insegurança de grupos de direita militares e civis em relação ao aumento do ativismo da oposição no parlamento, nas ruas e nas ações de resistência armada da esquerda. Existia também a pretensão destes setores da direita de golpear as instituições liberais para retirar os limites que atrapalhavam a intenção de aumentar a repressão, a perda de prestígio do governo militar em instituições importantes como a imprensa, o Judiciário, o Parlamento, a Igreja e as elites sociais. Além disso, havia a vontade de fortalecer a “revolução” através dessa escalada autoritária e neste processo, unificar as Forças Armadas (MOTTA, 2018, p. 48).

Quanto à atuação de ações armadas, estas intensificaram após o AI-5, quando muitos jovens do movimento estudantil, acuado já no início do segundo semestre de 1968, migraram para as organizações. Com o impedimento de outras formas de atuação, restava o enfrentamento armado como opção para os militantes (ROLLEMBERG, 2003, p. 48). Vale observar que a declaração advinda do governo de que o Ato iria frear as ações da esquerda armada pode ser notada como irreal. Como já foi notado, as ações armadas cresceram após a outorga do Ato. O exílio mostrava-se presente neste momento, sendo visto por alguns como uma opção em um período de aumento da repressão no território brasileiro.

O governo de Médici, iniciado em outubro de 1969, representou a perpetuação dos ideais repressivos agravados durante o período Costa e Silva. Das ações que retratam a natureza do seu comando, o estabelecimento da Operação Bandeirantes (OBAN) e a continuidade deste projeto para o estabelecimento do sistema CODI/DOI são um belo exemplo, apesar de tais ações terem sido iniciadas ainda durante o governo de seu antecessor (FICO, 2001, p. 119).

A OBAN teve o papel de consolidar o projeto de estruturação do sistema de segurança, tendo como um dos motivos para sua criação a justificativa de que a Secretaria de Segurança

---

<sup>10</sup> Sede do Senado Federal até a mudança da capital para Brasília, tornou-se centro político no Rio de Janeiro. Foi demolido durante a presidência do general Geisel (1974-1979) (DE ALVARENGA, 2019, p. 161).

<sup>11</sup> Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1968. Edição 23217, p. 3.

Pública de São Paulo não tinha estrutura para tratar da “manutenção da ordem”, particularmente quando se trata das ações armadas que se intensificaram em 1968. O órgão trabalhava com a análise de informações, de interrogatório e de combate, funcionando de forma complementar aos interrogatórios e ações de combate executados pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS).

A “Diretriz para a Política de Segurança Interna” que consolidou o Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN) e adotou as práticas no padrão OBAN nacionalmente foi instituída em julho de 1969, e após a escolha de Médici como próximo ditador a mesma foi editada novamente, dando lugar à “Diretriz Presidencial de Segurança Interna” (FICO, p. 119). O sistema CODI/DOI nasce para estabelecer a implementação do SISSEGIN, e funcionou com a instalação de diversas diretrizes:

Em cada um dos comandos militares de área deveriam ser criados os seguintes órgãos: um Conselho de Defesa Interna (CONDI), um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e um Destacamento de Operações de Informações (DOI), todos sob a responsabilidade do comandante do Exército respectivo, nesse caso denominado comandante de "Zona de Defesa Interna" (ZDI). Podiam ser criadas, ainda, Áreas de Defesa Interna (ADI) ou Subáreas de Defesa Interna (SADI), em regiões que merecessem cuidados especiais (FICO, p. 121).

Nota-se aí a institucionalização da espionagem, censura e repressão política. Se o governo de Médici oficializou a brutalidade aos opositores da ditadura, é necessário questionar o porquê do mesmo ser conhecido por ter apoio popular. Este trabalho irá tratar de duas possíveis variantes para tal, sendo estas o chamado “milagre econômico” e o futebol, em especial a Copa do Mundo de 1970, mas deixando claro que há ressalvas quanto à relação direta entre apoiadores do governo e torcedores da seleção brasileira.

O momento econômico dos anos de chumbo beneficiou-se das condições do cenário internacional que disponibilizou capitais para investimento e financiamento, deixando de lado a crise econômica impulsionada pelo primeiro governo militar. O novo modelo gerou concentração de renda que agravou as desigualdades regionais e sociais e simultaneamente criou empregos para a população de baixa renda. Nesse sentido, houve melhora no padrão de vida da classe média brasileira e desencadeou um processo de modernização no país (ROLLEMBERG, 2006, p.147).

Em outubro de 1970 pode-se observar a seguinte publicação feita pelo Correio Braziliense (DF) onde por meio da fala de Médici pode-se observar a ideia de o milagre econômico sendo formada:

“Nada, absolutamente nada, deterá nossos objetivos. Estamos bastante conformados e confiantes na nossa ação, porque neste ano de meu governo

inúmeros empresários de países amigos, tanto da Europa como da América têm vindo ao Brasil para cooperar conosco no nosso desenvolvimento”.<sup>12</sup>

Daniel Aarão Reis nota que as propostas deste período rompiam com os objetivos internacionalistas-liberais de Castelo Branco. Assim, além de incentivar, regular, financiar e proteger, o Estado intervinha em diversos setores, tanto nas tradicionais empresas estatais como na Petrobrás, quanto em outras como a Eletrobrás (REIS, 2000, p. 35). Além disso, estimulava frequentemente fusões do capital privado nacional e estrangeiro. O país foi “tomado por incontida euforia desenvolvimentista”, e com isso, o uso de *slogans* com mensagens positivas e ufanistas tornou-se uma prática comum. Dentro destes, o mais conhecido foi aquele direcionado aos opositores: *Brasil, ame-o ou deixe-o*.

Quando se fala da Copa de 1970, é comum ver o futebol ser comparado ao “ópio do povo”, no sentido de que foi utilizado como manobra para camuflar as ações do regime militar. De fato - Médici teve presença importante na imprensa durante o período em que a competição aconteceu, tendo se deixado ser fotografado em momentos pessoais assistindo aos jogos e falando publicamente sobre o apoio para a seleção brasileira. No entanto, quando se fala da participação do público, tal análise pode ser vista contendo certo teor maniqueísta. Pode-se argumentar que o momento de euforia após a vitória do Brasil e conquista do tricampeonato foi uma oportunidade de expressão da liberdade que os anos de chumbo custaram para diminuir.

Na figura 2, pode-se observar o ditador Médici recepcionando a Seleção Brasileira no Palácio do Planalto, em Brasília, após a vitória na Copa do Mundo de 1970. Ele está segurando a Taça Jules Rimet e encontra-se visivelmente alegre. A fotografia em questão não é a única do momento de celebração, sendo interessante notar a variedade de imagens feitas do mesmo momento. Sendo a intenção de Médici ter sua imagem conectada ao momento de êxtase brasileiro ou não, o fato é que sua presença marcou os registros do evento de modo que sua figura é atrelada ao mesmo.

---

<sup>12</sup> A título de curiosidade, a edição em que se encontra a fala de Médici tem como manchete “Matador de Schneider está preso”, se referindo ao assassinato do General Schneider como obra para impedir a eleição de Salvador Allende no Chile, assunto que em breve será tratado. A matéria trata da confissão de um dos envolvidos no crime, Carlos Donoso, e esta foi a primeira vez em que o nome de Roberto Viaux, uma metade da dupla responsável pela ação, foi mencionado nos depoimentos na forma de uma acusação.



Figura 2: Emílio Médici segurando a taça de campeão de 1970 em Brasília.

Ficou claro, no entanto, que uma onda ufanista percorria o país após a vitória brasileira, e a ditadura civil-militar certamente aproveitou-se disso para aumentar sua aprovação com a população. Isso pode ser observado nos valores que o regime exaltava, reforçados pelo êxito na copa. A “unidade” em prol do mesmo objetivo, a consistência moral dos bons, e o triunfo da vontade da maioria sobre o desejo individual, sendo este último uma crítica aos opositores da ditadura (GUTERMAN, 2004, p. 276).

A aplicação em obras servia também para os interesses do governo militar. Alguns exemplos de investimentos feitos neste período são a Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói, a suposta ampliação das fronteiras nas regiões Norte e Centro-Oeste e em campanhas como a de alfabetização com o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) (ROLLEMBERG, op. cit., p. 148). Tais considerações deixam claro o desejo do governo de não apenas reprimir: era preciso ganhar o apoio dos brasileiros. A tentativa de utilizar a Copa do Mundo para isso, além de intenso investimento em propagandas em que se reforçava uma diferença entre aqueles que “lutavam” pelo país e aqueles que faziam o contrário - ou seja, os opositores do governo militar durante a ditadura, reforçam essa tese.

É interessante notar que as tentativas do governo militar em ampliar o apoio popular de sua administração ocorreram por volta dos mesmos anos em que o exílio é estudado nesta pesquisa. O período foi marcado por intensa repressão por parte da ditadura e, como consequência, houve aqueles que mesmo que não tivessem sido atingidos pelas ações dos militares, aderiram ao auto exílio. Além disso, a partir de 1969 o AI-13 permitiu o banimento daqueles que eram considerados “subversivos”. As investidas do governo de Médici podem ser

vistas como uma resposta a isso – uma forma de retomar o apoio popular em meio ao êxodo por parte da população que as ações de censura e repressão feitas pelo governo militar causaram.

### 1.2 Panorama da eleição de Salvador Allende

Apesar de ter sido eleito para o cargo de presidente da república apenas em 1970, Allende concorreu em três outras ocasiões, sendo a primeira em 1952 e a segunda em 1958. A de 1964, a última delas antes de sua campanha vitoriosa seis anos depois e a que consolidou a eleição de Frei Montalva, iniciou uma conjuntura desfavorável para os conservadores e liberais. Um ano depois, nas eleições de 1965, elegeram apenas nove deputados de um total de 147 e sete senadores de um total de 45 (SEPÚLVEDA, 2020, p. 30). Foi nesse ambiente em que nasceu o *Partido Nacional* (PN), o produto de uma reinvenção da direita chilena e o partido que, sob a representação de Jorge Alessandri Rodríguez, Allende iria enfrentar nas eleições seguintes pela *Unidad Popular* (UP).

Qualquer análise sobre a campanha da presidência chilena de 1970 há de considerar a enorme influência dos Estados Unidos. O governo de Richard Nixon mantinha-se informado sobre as pesquisas da eleição no país principalmente pelo fato de não ver Allende como um candidato que pudesse favorecer os interesses norte-americanos. Liderado por Henry Kissinger, um comitê foi criado para analisar a situação política chilena. O contexto aqui analisado deve ser entendido considerando a influência da Guerra Fria e os atritos que ocorreram por sua consequência em um momento de grande tensão entre Estados Unidos e União Soviética, e é importante reconhecer o papel do então conselheiro de Segurança Nacional nas decisões feitas pelo governo estadunidense. Para Kissinger, a intervenção do governo norte-americano era essencial para evitar o surgimento de uma nova nação sob influência da URSS, e neste cenário Allende apresentava-se como uma ameaça. Kissinger acreditava que esperar até que a “sobrevivência” dos EUA estivesse ameaçada antes de efetivamente fazer algo era uma posição “simplista” em meio ao complexo embate durante a Guerra Fria (SCHWARTZ, 2020, p. 108).

Logo, o comitê resolveu optar por uma ação baseada na propaganda ideológica por não acreditar na possibilidade de apoio advindo do exército chileno no caso de golpe. O objetivo no momento era manchar a imagem de Salvador Allende para os eleitores que ainda não haviam se decidido entre os candidatos para presidência (QURESHIA, 2008, p. 49). A operação de propaganda liderada pela CIA abordava diversos meios:

Comprendió cientos de miles de impresos de gran calidad, desde carteles y octavillas, folletos y estampados, hasta llevar a cabo un extenso programa de

propaganda a través de radio y salidas en prensa. Otros mecanismos de propaganda que tuvieron lugar antes de la campaña de 1970 incluyeron el apoyo de un grupo editorial que proporcionaba artículos, editoriales y crónicas nuevas para ser colocadas en prensa y radio; un servicio para colocar artículos anticomunistas en la prensa, emisoras radiales, y tres diferentes servicios de noticias" (CORVÁLAN, 2003, p. 88).<sup>13</sup>

A propaganda não tinha como alvo eleger nenhum concorrente específico de Allende – era exclusivamente para tirar votos do candidato da UP. Apesar da influência do governo norte-americano, em 4 de setembro foi constatado que Allende saiu vitorioso com 36,63% dos votos em contraste com os 35,29% de Alessandri. A narrativa destes acontecimentos seguiu duas versões, a dos vencedores e a dos derrotados, para os primeiros:

El triunfo de Salvador Allende era el inicio de la construcción del socialismo en Chile como sistema político. Esto ocurriría, prometían, a través de procedimientos institucionales y, lo más importante, constitucionales. El discurso de Allende daba cuenta de un socialismo marxista con prensa libre, oposición y pluralismo políticos (SEPÚLVEDA, 2020, p. 36).<sup>14</sup>

Para os derrotados, no entanto, a vitória da *Unidad Popular* mantinha outro significado:

El triunfo de la UP, por más democrático y legítimo que hubiera sido, marcaba para ellos el inicio de un camino totalitario y antidemocrático, de partido único, de destrucción de la economía y de enfrentamiento, división y violencia. Allende, para ellos, mentía en el presente para llevar a Chile, en el futuro, a ser una nueva Cuba (ID. IBID).<sup>15</sup>

O momento era de abalo econômico: após o resultado das eleições, a bolsa de valores de Santiago sofreu uma queda de 60%. Nos meses seguintes, milhares de chilenos abandonaram o país em favor do autoexílio, que foi incitado por parte devido ao medo de que Allende transformaria “o Chile em Cuba” (SEPÚLVEDA, p. 38).

A reação estadunidense a vitória de Allende é clara neste telegrama escrito pelo Embaixador dos EUA no Chile, Edward Korry:

It is a sad fact that Chile has taken the path to communism with only a little more than a third (36%) of the nation approving this choice, but it is an immutable fact. It will have the most profound effect on Latin America and

<sup>13</sup> Tradução: “Compreendeu centenas de milhares de materiais impressos de alta qualidade, desde cartazes e folhetos, brochuras e impressões, até um extenso programa de propaganda através da rádio e da imprensa. Outros mecanismos de propaganda que ocorreram antes da campanha de 1970 incluíram o apoio de um grupo editorial que forneceu artigos, editoriais e novas histórias para colocação na imprensa e rádio; um serviço para colocar artigos anticomunistas na imprensa, estações de rádio e três serviços de notícias diferentes.”

<sup>14</sup> Tradução: “O triunfo de Salvador Allende foi o início da construção do socialismo no Chile como um sistema político. Isto aconteceria, prometiam, através de procedimentos institucionais e, mais importante ainda, constitucionais. O discurso de Allende era sobre um socialismo marxista com uma imprensa livre, oposição e pluralismo político.”

<sup>15</sup> Tradução: “O triunfo da UP, por muito democrático e legítimo que tenha sido, marcou para eles o início de um caminho totalitário e antidemocrático, de um partido único, da destruição da economia e da confrontação, divisão e violência. Allende, para eles, mentia no presente a fim de levar o Chile, no futuro, a tornar-se uma nova Cuba.”

beyond: we have suffered a grievous defeat! The consequences will be domestic and international, the repercussions will have immediate impact in some lands and delayed effect in others.<sup>16</sup>

O restante do telegrama reitera esse posicionamento, com expressões como “*the stink of defeat*”<sup>17</sup> e acusações de que o Partido Comunista do Chile (PCCh) iria explorar a presidência de Allende para impor uma estrutura comunista no Chile. Ademais, Korry observa a potência do PCCh e ressalta a pobreza do Partido Democracia Cristã (PDC), apontando grande parte da culpa pela situação atual do país ao Ministro das Relações Exteriores Gabriel Valdés, notando a leniência de Valdés com Fidel Castro e seu “*anti-americanism*”.<sup>18</sup> Korry finaliza o telegrama afirmando que Valdés “[...] *and the PDC hand the shovels for their own graves to the left in Chile*”.<sup>19</sup>

Apesar de Allende ter garantido o primeiro lugar na disputa presidencial, não teve maioria absoluta dos votos, o que significa que a disputa entre ele e Alessandri continuaria em um segundo turno a ser posteriormente decidida pelo congresso chileno. É nesse momento que parte da direita chilena busca persuadir o DC para que seus parlamentares apoiassem Alessandri, no entanto, uma parte do partido já estava inclinado em apoiar Allende, inclusive seu candidato, Radomiro Tomic, que já havia o reconhecido como presidente eleito devido a sua vitória no primeiro turno.

Tendo em vista o início de uma negociação entre a DC e a UP, Alessandri declara que caso fosse eleito pelo Congresso iria renunciar o cargo imediatamente. A declaração foi possivelmente utilizada para persuadir os políticos da *Democracia Cristiana* a retirar o apoio da *Unidad Popular*<sup>20</sup> no entanto, quase um mês depois, em 4 de outubro, é instituído pelo Conselho Nacional da Democracia Cristiana um “*Estatuto de Garantias Constitucionais*” em conjunto com a UP.

---

<sup>16</sup> Tradução: “É um fato triste que o Chile tenha enveredado pelo caminho do comunismo com apenas um pouco mais de um terço (36%) da nação a aprovar esta escolha, mas trata-se de um fato imutável. Terá o efeito mais profundo na América Latina e não só: sofreremos uma dolorosa derrota! As consequências serão internas e internacionais, as repercussões terão impacto imediato em algumas terras e efeito retardado em outras.” Department of State, U.S. Embassy Cables on the Election of Salvador Allende and Efforts to Block his Assumption of the Presidency, September 5-22, 1970. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/>> Acesso em: 28 out. 2022.

<sup>17</sup> Tradução: “O cheiro da derrota”;

<sup>18</sup> Tradução: “Antiamericanismo”;

<sup>19</sup> Tradução: “[...] e o PDC entregam as pás para as suas próprias sepulturas à esquerda no Chile”.

<sup>20</sup> Se Alessandri tivesse sido eleito pelo congresso e seguisse com o plano de renunciar ao cargo, sua ação abriria as portas para uma nova eleição. O gesto foi caracterizado como bizarro pela UP (SEPULVEDA, p. 39). Nota-se que caso Alessandri tivesse tido sucesso neste plano, a intenção era deixar que o ex-presidente Eduardo Frei Montalva o sucedesse, explicitando seu plano de ter o apoio da DC, o partido de Frei Montalva.

Com o triunfo da UP e de Allende no primeiro turno, os oficiais estadunidenses buscavam formas de impedir que o candidato fosse formalmente eleito pelo congresso chileno. Após uma tentativa de suborno dos parlamentares chilenos que não foi bem sucedida, a próxima medida a ser considerada era a imposição de um golpe militar no país. No entanto, Washington veria que a possibilidade de o exército chileno dar apoio ao golpe era demasiada pequena. Pela palavra do comandante-em chefe das Forças Armadas do Chile, General René Schneider, as forças chilenas iriam aceitar o que a maioria dos votantes no congresso decidirem (QURESHI, p. 58). Seguindo esses empecilhos para impedir a eleição de Allende, o governo norte-americano seguiu com dois planos: "*Track I*", que consistia na manipulação do congresso chileno para eleger Alessandri, contando com seu compromisso em renunciar do cargo<sup>21</sup>, e "*Track II*", que tinha como objetivo estimular um golpe de estado.

Com o fracasso da "*Track I*" e a resistência apresentada na forma do General Schneider para implementar a "*Track II*", há evidências de que a CIA apoiou o plano de Roberto Viaux e Camilo Valenzuela, dois generais que tinham contatos na organização norte-americana. O plano dos dois consistia em sequestrar o general Schneider a fim de levar a situação política ao extremo, assim desencadeando um golpe de estado.<sup>22</sup> A ação foi especialmente motivada pela resistência apresentada pelo comandante em chefe em impedir a eleição de Salvador Allende, visto que o General tinha como princípio a obediência da constituição chilena (QURESHI, p. 60).

No entanto, o esquema de Valenzuela e Viaux tinha poucas chances de ser um sucesso. Levando em consideração a grande probabilidade de o plano falhar e o fato que se isso se realizasse anularia quaisquer chances de da implementação de um possível golpe de estado no futuro, Kissinger solicitou que Vieux suspendesse o projeto:

We have reviewed your plans, and based on your information and ours, we come to the conclusion that your plans for a coup at this time cannot succeed. Failing, they may reduce your capabilities for the future. Preserve your assets. We will stay in touch. The time will come when you with all your other friends can do something. You will continue to have our support.<sup>23</sup>

---

21

<sup>22</sup> Qureshi aponta que Nixon não confiava no embaixador Edward Korry devido ao fato dele ter sido indicado para o cargo pelo presidente Lyndon Johnson, um democrata, enquanto Nixon fazia parte do Partido Republicano. Por esse motivo, as ações do Track II foram omitidas do embaixador.

<sup>23</sup> Tradução: "Nós revisamos seus planos, e baseando-se na sua e nossa informação, nós chegamos a conclusão de que seus planos para um golpe neste momento não poderão ser bem sucedidos. Falhando, eles podem reduzir suas chances no futuro. Preserve seus bens. Nós iremos continuar em contato. O tempo virá em que você e seus amigos poderão fazer algo. Você continuará tendo nosso apoio". CIA, Memorandum of Conversation of Meeting with Henry Kissinger, Thomas Karamessines, and Alexander Haig, October 15, 1970. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/>

Lubna Qureshi nota que Kissinger não tentou cancelar o ato, mas apenas adia-lo para um outro momento oportuno. Além disso, ressalta que o conselheiro de Segurança Nacional não chegou a especificar aos sequestradores que não precisavam matar Schneider – afinal, o estado de saúde do General não importava contanto que estivesse fora do seu caminho. Em meio aos esquemas apoiados pelo governo estadunidense, é importante notar que sua assistência não era apenas moral, pois houve notável investimento financeiro no plano (QURESHI, p. 77).

As primeiras tentativas de eliminar o general ocorreram nos dias 19 e 20 de outubro, mas falharam. Na manhã do dia 22 de outubro de 1970, dias após a mensagem de Kissinger aos sequestradores, Viaux e os associados de Valenzuela surpreenderam Schneider ao baterem em seu carro, quebrarem a janela dianteira e atirarem contra o general. O ataque, em sua terceira tentativa, foi bem sucedido e três dias depois Schneider faleceu.

No Jornal do Brasil (RJ), é possível observar a evolução do estado de Schneider sob a ótica da imprensa brasileira. Foi noticiado um dia após o atentado que o então presidente Eduardo Frei havia proclamado o estado de emergência em consequência do acontecimento, e relata sobre a saúde do general: “O General Schneider se encontra em estado grave, no Hospital Militar de Santiago, após sofrer uma operação de emergência. Ferido por uma rajada de metralhadora, as balas se alojaram no pescoço, fígado e rins”.<sup>24</sup>

No dia 24 de outubro, é noticiado que Schneider estava agonizante. A nota informa que o General recebeu a extrema unção do capitão mor do Exército e que seu estado de saúde piorou durante a madrugada após uma segunda cirurgia. A próxima atualização é publicada dois dias depois e informa que René apresentou uma “ligeira melhora em seu estado de saúde, mas ainda corre risco de vida”, no entanto, o General já havia tido o óbito declarado um dia antes, em 25 de outubro.

Viaux e Valenzuela eventualmente foram julgados e condenados pelo crime. Viaux foi sentenciado a cumprir vinte anos na prisão por subversão, seguido por um exílio de cinco anos do Chile. Valenzuela foi condenado a cumprir três anos de exílio. Anos depois, no entanto, a ditadura militar chilena concedeu anistia para os dois (SEPÚLVEDA, p. 43). Apenas os dois foram culpabilizados pelo assassinato de Schneider, principalmente porque houve grande esforço por parte da inteligência dos Estados Unidos para encobrir o envolvimento do governo no acontecimento.

---

<sup>24</sup> Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. Edição 172, 1970, p.1.

O filho do general Schneider, Victor Schneider, nota que seu pai tinha conhecimento do complô para o atentado contra sua vida. A tese de que os homens do governo de Frei estavam em contato com Viaux e Valenzuela também é reafirmada, mas não chega a relacionar isto ao atentado de sequestro. Sepulveda nota que esta teoria foi publicamente revelada pelo MIR em novembro de 1970 (SEPULVEDA, p. 43).

Apesar das inúmeras tentativas orquestradas pelo governo estadunidense e o possível apoio da direita chilena neste mecanismo, estas foram infrutíferas para impedir a efetiva eleição de Allende. No dia 24 de outubro o Congresso chileno tornou oficial a vitória de Salvador Allende para a presidência do país, tendo sido eleito com 153 votos a favor e 35 contra (COLLIER, 1996, p. 412).

Considerando a situação no Brasil e no Chile e as dificuldades apresentadas nos dois países, o próximo capítulo irá tratar da cultura do exílio, buscando trazer uma luz àqueles brasileiros que deixaram o país em prol do vizinho que havia acabado de cumprir um feito na América Latina: a eleição de um presidente declaradamente socialista em um momento em que a tendência no continente era o estabelecimento de governos militares e o aumento da repressão política.

## CAPÍTULO 2 - O BRASIL NO CHILE

Como já foi mencionado anteriormente, o AI-13 gerou abertura para que brasileiros considerados subversivos fossem banidos do país. As manobras de sequestro de embaixadores e outras figuras políticas internacionais podem ser vistas como exemplo do ato em ação, visto que uma das principais demandas feitas era a liberdade de presos políticos que em seguida eram banidos do Brasil. O sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher serve de exemplo dessa tática.

Em comparação com outros casos de sequestros de diplomatas, o do embaixador suíço foi consideravelmente longo. Iniciado no dia 7 de dezembro de 1970, Giovanni só foi liberado dia 16 de janeiro de 1971. O evento é relevante para esta pesquisa por demonstrar na prática o uso do AI-13, visto que resultou na libertação de 70 presos políticos, mas também que estes foram levados ao Chile, o que dá oportunidade de analisar como a comunicação entre os países ocorreu.

É interessante notar as divergências que ocorreram entre o Brasil e o Chile em relação ao caso. Em um telegrama interno do MRE, a insatisfação do governo chileno com a nota emitida pelos ministros de Estado da Justiça e das Relações Exteriores era evidente. A nota em questão começa da seguinte forma:

“Atendendo a consulta que lhe fez o Governo brasileiro, no exclusivo propósito de salvar a vida do embaixador da Suíça, senhor Giovanni Enrico Bucher, o governo chileno decidiu receber no território do Chile – um dos países escolhidos pelos sequestradores – os 70 (setenta) terroristas trocados pelo diplomata suíço.”<sup>25</sup>

Em uma conversa no Gabinete no Rio de Janeiro com o Ministro Parente de Mello, o Ministro chileno Gustavo Valdivieso descreve a reação do governo chileno como “surpreendido, insatisfeito e chocado”. Segundo o Ministro, a nota divergiu completamente do texto sugerido por seu governo e não incorporou pontos considerados essenciais como: a existência de um pedido formal feito pelo Brasil, os motivos que haviam levado o Chile a aceitar o pedido, que eram de teor “humanitários e de cooperação, e a preocupação chilena de deixar o governo brasileiro deixasse claro que o Chile estava “cedendo a um pedido”, com a justificativa de que era necessário preservar a imagem do Chile ante a comunidade internacional, para não parecer que “o Chile, à maneira de uma outra Cuba, estaria interessada em proteger terroristas”. A linguagem utilizada na nota também é citada nas insatisfações

---

<sup>25</sup> Correio da Manhã, Rio de Janeiro. Edição nº 23848, 1971, p. 11.

apresentadas por Valdivieso: a expressão “consulta” ao invés de “pedido”, por exemplo, demonstrava uma mudança no sentido da ação do Chile e fazia com que o documento tivesse um sentido “diverso e inaceitável”.<sup>26</sup>

O governo chileno indicou três propostas para sanar a situação: 1 - um comunicado do governo brasileiro que seguisse os termos de redação indicados pelo Chile; 2 - uma nota do Brasil, nos mesmos termos; 3 - uma troca de notas, onde a parte brasileira confirmaria a solicitação do pedido para recebimento dos 70 banidos e a parte chilena reproduziria as expressões da declaração mencionada no primeiro item.

No entanto, a reação brasileira foi afirmar que a nota já incorporava as sugestões do governo chileno, e que o termo “consulta” é simplesmente linguagem diplomática pois “é claro que é consulta de governo a governo, e, se foi atendida, é porque foi pedida”. Além disso, a resposta brasileira finaliza afirmando que se o Ministro Valdivieso considera que o assunto transcende o andamento do caso de sequestro e deseja que seja objeto de uma negociação diplomática, o mesmo não deve mais falar com o Ministro Parente de Mello, e sim pedir audiência ao Secretário Geral Adjunto para Assuntos Americanos. O telegrama é finalizado com a declaração do Encarregado de Negócios do Chile – inconformado com a recusa do Brasil, solicitou audiência com o Secretário.

Rollemberg destaca o apoio do governo chileno em relação aos exilados ao afirmar que havia uma certa valorização da posição de refugiado político, e apesar dessa valorização encontrar-se principalmente ligada ao governo da UP, nota que não foi restrita aos governos de esquerda. A autora afirma que a experiência do exílio vivida no país foi única devido a revolução institucional e intensa participação social que ocorria no período. O contraste com o isolamento das vanguardas brasileiras reorientava concepções e perspectivas, estimulava a autocrítica e alimentava o sonho da revolução com as massas (ROLLEMBERG, p. 56).

Em um informe feito sobre os brasileiros banidos do país após o sequestro do embaixador suíço, é notado que o presidente Salvador Allende prometeu “ajuda integral” aos recém chegados no Chile.<sup>27</sup> No entanto, nota-se que embora o governo tenha provido certa

---

<sup>26</sup> Ministério das Relações Exteriores no Estado da Guanabara. “Sequestro do Embaixador da Suíça. Nota de 11/1/71 sobre a liberação dos terroristas. Reação do Governo Chileno”. Telegrama nº 70 de 12 de janeiro de 1971. Disponível em: <[https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=2011997&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2011997&v_aba=1)> Acesso em: 14 ago. 2022.

<sup>27</sup> Ministério da Aeronáutica, Informe de Agente da ditadura sobre cotidiano de alguns ex-presos políticos exilados no Chile, 1971. Disponível em:

assistência, não se pode classificá-la como integral, principalmente levando em consideração as organizações mantidas por brasileiros que já se encontravam no país, que em sua maioria foram responsáveis por prestar ajuda aos recém-chegados.

Apesar das ressalvas apresentadas, percebe-se uma preferência pelo país por parte dos brasileiros. Além de ter sido destino daqueles que foram banidos do Brasil, é possível notar uma inclinação pelo Chile entre aqueles que optaram por fazer o auto-exílio. Em meio a criação do AI-5 em 1968, o Chile de Frei Montalva passava por uma movimentação democrática. A eleição de Allende reforçou o sentimento de existir a possibilidade de integrar um propósito que era alheio ao Brasil no momento (CRUZ, 2010 p. 39). Não é estranho, então, reconhecer que era um destino estimado durante a última década.

O fluxo de brasileiros no Chile produziu uma série de organizações de cunho político no país. Dentro destas, será discutido primeiro a *Frente Brasileña de Informaciones* (FBI), periódico produzido pelo Comitê de Denúncia de Repressão no Brasil (CDRB)<sup>28</sup> que circulou no país entre 1968 e 1973. O periódico integrava uma rede de denúncia da Ditadura Civil-Militar brasileira que também teve boletins publicados em outros países da Europa e na América do Norte. O movimento foi financiado e dirigido por Miguel Arraes enquanto estava exilado na Argélia. (CRUZ, p. 57).

A elaboração do periódico funcionava com base nas informações enviadas por colaboradores no Brasil ou por órgãos e instituições de outros países. Cruz nota que os exilados procuravam quebrar a imagem construída oficialmente pelo Brasil no exílio, fazendo com que os inúmeros problemas pelos quais o país passava no período fossem destacados às demais nações, dessa maneira, as publicações da FBI buscavam legitimar a oposição brasileira ao regime ditatorial. O autor ainda nota que para superar as barreiras da censura era preciso discernir a propaganda do Estado e entender seu subtexto, e para esse propósito era imprescindível buscar informações que os membros de grupos da esquerda em contato direto com a população pudessem identificar (CRUZ, p. 69).

A figura 3 mostra um artigo que demonstra o estilo das publicações feitas pelo periódico. Dentro da seção “censura”, o artigo fala sobre o decreto do ditador Médici em que foi revogada a decisão dos tribunais de justiça que suspendeu a censura prévia aos jornais

---

<https://documentosrevelados.com.br/informe-de-agente-da-ditadura-sobre-o-cotidiano-de-alguns-ex-presos-politicos-exilados-no-chile/> Acesso em: 10 dez. 2022.

<sup>28</sup> O comitê era formado por brasileiros que moravam no Chile, sendo composto por pessoas de diferentes idades e vertentes políticas. O que os unia era o objetivo de mobilizar as comunidades latino-americana e internacional contra a ditadura brasileira e manter contato com outras organizações que realizavam atividades semelhantes (NASCIMENTO, 2021, p. 99).

“Opinião” e o “Estado de São Paulo”. O artigo ressalta o grande número de tiragens do jornal Opinião – mais de 50.000 nos meses anteriores à publicação do artigo. O periódico também dá destaque aos filmes que foram vítimas da censura, ressaltando que as razões pelas quais as obras foram vetadas eram de cunho ideológico, sendo a justificativa usada de que os filmes eram “contrários à moral e aos bons costumes”.

# Sigue mordaza a la prensa

**Decreto del dictador Médici, basado en el Acta Institucional Nº 5, revoca decisión de los Tribunales de Justicia, que suspendía la censura previa al semanario “Opinio” y al diario “O Estado de Sao Paulo”.**

Figura 3: A imagem mostra o título de uma matéria da Frente Brasileira de Informações. Julho de 1973, nº43 - 44.<sup>29</sup>

O governo brasileiro estava ciente das ações da FBI no Chile. Em um telegrama enviado à embaixada em Santiago, é dito ser “inadmissível” que o governo chileno permita que os brasileiros que residem no Chile (sejam eles exilados ou banidos) dediquem-se a “campanhas públicas de ataque ao Governo brasileiro”.<sup>30</sup> O telegrama reafirma a tese de que houve intenso monitoramento das atividades dos brasileiros que se opunham ao regime ditatorial – mesmo daqueles que não residiam no Brasil.

A posição da ditadura brasileira sobre as atividades ocorridas no Chile fica clara quando se observa os relatórios produzidos sobre o estado da América Latina no momento. Em uma apreciação produzida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), é dito que:

Verifica-se que o movimento revolucionário de inspiração comunista, na AMÉRICA LATINA, vem tomando, cada vez mais, o caráter continental, onde, não mais estão sendo reconhecidas as fronteiras físicas; e dentro desta

<sup>29</sup> Ministério das Relações Exteriores, CIEX nº 241. “Chile. Publicações Subversivas”, 1973. Disponível em:

[https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1824339&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1824339&v_aba=1) Acesso em: 16 nov. 2022.

<sup>30</sup> Ministério de Estado das Relações Exteriores. “Frente Brasileira de Informações. Programa Radiofonico”. Telegrama Expedido nº 232. 24 de abril de 1972. Disponível em: <[https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1352047&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1352047&v_aba=1)> Acesso em: 3 nov. 2022.

concepção vem recebendo o essencial respaldo em território chileno, onde subversivos de nacionalidade uruguaia, argentina, paraguaia, boliviana e particularmente brasileira, vêm encontrando condições objetivas desejáveis – seu habitat – para a elaboração e articulação dos planos subversivos destinados à transformação ideológica do Continente.<sup>31</sup>

O documento, que visa produzir um parecer da situação política no continente, ressalta que a eleição de Allende facilitou o “polo de irradiação e de maquinação de atividades contrárias às democracias existentes no subcontinente sul-americano”. Partindo desse parecer do governo brasileiro sobre a condição do Chile, o monitoramento dos exilados no país pode ser visto como uma forma de manter “sob controle” as atividades que denunciavam a repressão do regime ditatorial do Brasil.

O próprio Miguel Arraes teve seus passos monitorados quando realizou uma viagem ao Chile. Em um aviso originado do SNI e enviado ao gabinete do Ministro de Estado da Justiça, é anexado o informe que consta sobre a viagem do ex-governador em maio de 1972. No documento é dito que um dos objetivos da viagem de Arraes era de “sensibilizar os políticos brasileiros asilados no Chile para uma nova concepção da atividade político-revolucionária no Brasil” e que o mesmo pretendia criar no Brasil “comitês contra a corrupção”. De acordo com o informe, o raciocínio de Arraes era que o governo brasileiro não poderia reprimir comitês sem objetivo político.<sup>32</sup>

Sobre as atividades do político no Chile ainda no mesmo documento é reportado que Arraes encontrou-se com exilados brasileiros e afirma que o mesmo foi recebido secretamente por Salvador Allende. A viagem também tinha como objetivo a formação, no Chile, de uma seção latino-americana do “Tribunal Bertrand Russel” e a articulação da FBI na Argentina, Peru e México. Em relação ao encontro com Allende, o informe afirma que Arraes fez um “histórico da subversão brasileira desde 1968” ao presidente chileno, e que acreditava que estavam surgindo novos movimentos de massa no Brasil. Segundo o documento, Arraes citou Leonel Brizola como um dos políticos revolucionários que teria condição de liderança para desencadear um novo processo no Brasil, ao que Allende respondeu que “o Brasil terá ditadura por muito tempo, apoiada pelos americanos, por razões de estratégia mundial”.

---

<sup>31</sup> Serviço Nacional de Informações, “O movimento subversivo na América Latina. A subversão no Cone sul”. Apreciação especial nº 2, 1972. Disponível em: <[https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1905267&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1905267&v_aba=1)> Acesso em: 3 nov. 2022.

<sup>32</sup> Serviço Nacional de Informações, “Miguel Arraes - Plano Subversivo para o Brasil” Informe nº 060, 1972. Disponível em: <[https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1023789&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1023789&v_aba=1)> Acesso em: 14 fev. 2022.

O informe afirma por fim que Arraes conduziu uma reunião com alguns “subversivos brasileiros” sob a presença de Apolônio de Carvalho, militante que integrou o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), e que em Santiago realizou outra reunião com a presença de três membros do MIR chileno e alguns brasileiros, dentro destes Almino Afonso, deputado federal que teve seu mandato cassado em 1964.

O documento deixa claro o nível do monitoramento que ocorria no período, sendo possível indagar sobre o modo que as agências de inteligência brasileiras conseguiam ter acesso a informações que, como o encontro de Allende e Arraes, supostamente ocorreram em sigilo. A presença de infiltrados é provavelmente uma das justificativas mais plausíveis para isto.<sup>33</sup> Além disso, o informe revela que houve uma certa proximidade de Salvador Allende com os políticos brasileiros durante o período aqui estudado, e que o presidente chileno estava pelo menos parcialmente ciente das movimentações da resistência brasileira. Isto, em conjunto com o apoio da UP aos exilados brasileiros, deixa em evidência que o governo chileno estava a par das ações dos brasileiros que residiam no país.

Semelhante ao formato de periódico da FBI, o jornal Campanha também foi um instrumento influente para denunciar as ações ocorridas no Brasil para o exterior. Tendo iniciado sua circulação em setembro de 1972, o Campanha se diferia da FBI por ter como propósito aproximar os exilados e convencê-los de seu projeto político, e se estruturava sobre o modelo de movimentação dos trabalhadores e intelectuais nos países de exílio para organizar movimentos em diferentes regiões que eventualmente configurariam uma revolução socialista. Neste sentido, o objetivo de uma revolução brasileira deveria vir atado a um projeto de revolução internacional onde o exilado cumpre a função de dinamizador do movimento (CRUZ, p. 97-98).

---

<sup>33</sup> A colaboração com as agências de informação brasileiras – ou seja, espionagem – não era prática incomum. Como exemplo, tem-se o “Atair”, codinome de Alberto Conrado, que no informe nº 419 do CIEX repassa informações sobre a Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade ao Itamaraty. Ver: <https://documentosrevelados.com.br/informe-de-agente-secreto-do-ciex-sobre-associacao-chilena-brasileira-de-solidariedade/> Acesso em: 3 nov. 2022.

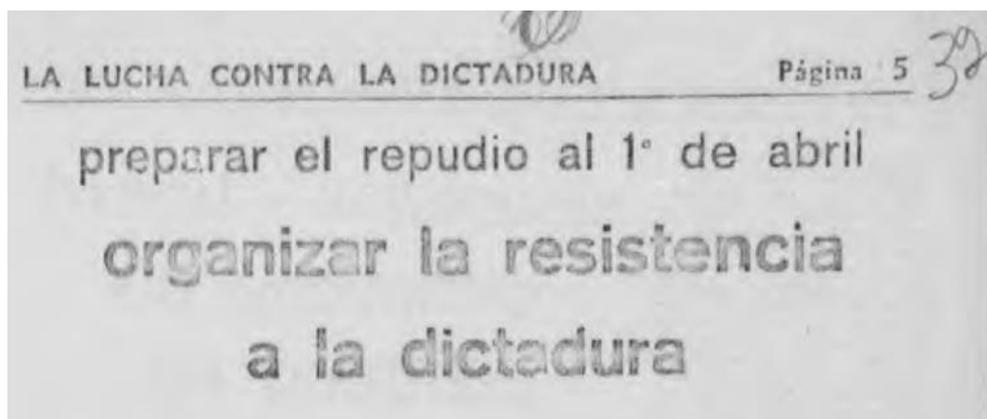


Figura 4: Campanha, Edição nº 15. Santiago, 1973.<sup>34</sup>

A figura 4 mostra o título de um artigo publicado no periódico em fevereiro de 1973, onde o jornal fala sobre a responsabilidade da esquerda brasileira nas prévias do aniversário do golpe de 1964. O artigo critica os movimentos de esquerda pela incapacidade de organizar e mobilizar a classe trabalhadora para resistência política, e nota que essa falta de participação foi o que permitiu às classes dominantes a assustar a pequena burguesia através da repressão violenta.

Com o destaque na frase “protestar no primeiro de abril, comemorar o primeiro de maio”, o jornal discorre sobre a autocrítica realizada pela esquerda brasileira:

Hoy la izquierda brasileña pasa por un proceso de autocrítica donde busca superar los errores del pasado. Y una de las autocríticas centrales que tenemos que hacer es la de no haber organizado la resistencia de los trabajadores a la dictadura militar. [...] Asumir esta autocrítica significa transformar el primero de abril en el día de la Organización de la Resistencia en lugar del Día de la Derrota, que es lo que significa hoy. Transformar lo en el Día del Repudio a la Dictadura Militar (CAMPANHA, Edição nº15, p. 5).<sup>35</sup>

Tendo ciência do projeto político que o Campanha se baseava, a citação acima pode ser vista como um exemplo deste mecanismo. A medida apresentada busca ressignificar uma data, 1º de abril, de forma que deixe de ser associada com um “dia de derrota” para ter em seu foco repudiar a ditadura civil-militar brasileira. O artigo tem em seu cerne o propósito de fomentar uma crítica à esquerda de forma que sua luta contra a repressão brasileira seja otimizada, alinhando-se assim com seu propósito final de uma revolução socialista.

<sup>34</sup> Ministério das Relações Exteriores, CIEX nº 241. “Chile. Publicações Subversivas”, 1973. Disponível em:

[https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1824339&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1824339&v_aba=1) Acesso em: 16 nov. 2022.

<sup>35</sup> Tradução: “Hoje a esquerda brasileira está passando por um processo de autocrítica, no qual procura superar os erros do passado. E uma das autocríticas centrais que temos que fazer é o de não ter organizado a resistência dos trabalhadores à ditadura militar. [...] Assumir esta autocrítica significa transformar o primeiro de abril no Dia da Organização da Resistência em vez do Dia da Derrota, que é o que significa hoje. Transformando-o no Dia do Repúdio à Ditadura Militar”

Outra organização que se pode destacar neste momento é a Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade (ACBS), grupo que funcionava a fim de auxiliar os brasileiros que chegavam no país. Iniciada a partir de um fundo que reunia contribuições em dinheiro feitas por intelectuais, políticos e profissionais liberais que haviam chegado ao Chile após 1964, estes doaram 10% do salário mensal para auxiliar a segunda onda de exilados. O objetivo principal era manter os brasileiros em exílio até que conseguissem preencher uma vaga de emprego (DIAS, 2019, p. 122), mas a associação, também conhecida como “caixinha”, provia além da ajuda financeira pois seus fundadores buscavam auxiliar os colegas arranjando colocações ou bolsas de estudos nas universidades (MACHADO, p. 99). Corroborando com o apoio dado pelo governo chileno aos exilados previamente mencionado por Denise Rollemberg, Dias nota que a UP chegou a prestar ajuda para a ACBS por meio de um empréstimo.

Há um depoimento obtido pelo Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) de dois funcionários da ONU que haviam regressado do Chile para o Brasil em que a “caixinha” é mencionada. Os depoimentos de Alaor da Silva Passos e Gerson Gomes têm 48 páginas no total e fica claro em seu decorrer o interesse do órgão brasileiro em compreender a motivação dos funcionários a retornar ao Brasil.<sup>36</sup>

Gerson nega uma série de acusações: de ser dirigente do Comitê de Denúncias a Repressão, ter comparecido em um jantar em homenagem ao coordenador do comitê, Francisco Whitaker, de ter recebido dinheiro da ACBS e de ter colaborado com a FBI. Como observação do interrogador é notado que “o depoente nega ainda muitas outras atividades suas no Chile, contrariando frontalmente informações catalogadas pelos órgãos de segurança”.

O depoimento de Alaor segue a mesma linha, com o mesmo negando ter tido envolvimento com organizações políticas de esquerda, porém, ao contrário de Gerson consta em seu depoimento que o mesmo afirmou ser de esquerda. Além disso, diz ter conhecido políticos por ter trabalhado na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). É Alaor que afirma que em 1970 houve “muita briga” na ACBS entre os antigos sócios e os recém chegados – aqueles que foram banidos do Brasil com base no AI-13 –, e que o motivo do atrito teria sido o “cunho político” adquirido pela Associação neste período. De acordo com o relatório: “Houve vários “rachas” e, num deles, saíram quase todos os antigos sócios da mesma, por terem sido acusados de velhos paternalistas, inclusive o depoente, o qual passou a não mais contribuir para a mesma assiduamente”.

---

<sup>36</sup> DOI/CODI, Cópias de depoimentos dos epigrafados, Informação nº 288, 1973. Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1888071&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1888071&v_aba=1) Acesso em: 16 nov. 2022.

Assim como o governo brasileiro tinha noção do funcionamento da FBI no exterior, as ações da ACBS também eram de conhecimento do regime. Além dos questionamentos nos depoimentos acima como indício disso, em um documento produzido pelo Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) há uma relação do número de brasileiros que compõem a organização. O documento contém uma série de nomes daqueles que integravam a diretoria da organização, e além disso fazia um pedido para que o Centro de Informações do Exterior (CIEX), do Itamaraty, enviasse informações e fotos daqueles que não foram identificados pelo CISA.<sup>37</sup>

O CIEX, em conjunto com a Divisão de Segurança e Informações (DSI), foram órgãos de dentro do Ministério das Relações Exteriores (MRE) que buscavam trazer inteligência e obter informações de comunidades de brasileiros no exterior. A DSI produzia relatórios confidenciais a partir de informações coletadas na imprensa local sobre os brasileiros, e o CIEX trabalhava com a busca e transmissão de informes sigilosos sobre os exilados, obtido por agentes infiltrados nas organizações de esquerda no exílio (DIAS, 2020, p. 419).

No contexto de 1973, quando a crise econômica se acentuou no Chile, os brasileiros radicados no país relatam terem enfrentado dificuldades em adquirir alimento em Santiago. Cristiane Dias relata que o agravamento da situação financeira do país ocorreu da seguinte forma:

Parte do problema financeiro foi gerado e cada vez mais acentuado pela ação do governo estadunidense que, a partir do controle do preço do cobre no mercado internacional, reduziu drasticamente a capacidade do governo Allende de importar gêneros alimentícios, combustíveis, matérias-primas e máquinas para suprir as demandas dos setores de comunicação, transporte e industrial, principalmente das fábricas recém-incorporadas a APS. O presidente Richard Nixon também destinou recursos para a CIA financiar greves de caminhoneiros, com o objetivo de intensificar o desabastecimento em todo o território nacional, o que resultou na formação de longas filas em frente aos estabelecimentos comerciais para aquisição de gêneros básicos como azeite e carne, no aumento da venda de produtos no mercado paralelo e da inflação (DIAS, 2018, p. 249).

A crise no Chile se tornava presente no âmbito econômico e no político, mas apesar disso, os resultados da eleição legislativa de março de 1973 favoreceram a bancada da *Unidad Popular* na Câmara Federal e no Senado. Verdugo nota que foi esse resultado que fez com que o governo estadunidense – liderado por Nixon e aconselhado por Kissinger – decidisse que só

---

<sup>37</sup> Centro de Informações da Aeronáutica, Informação nº 566, 1972. Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=2158006&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2158006&v_aba=1) Acesso em: 16 nov. 2022.

havia uma opção para interromper o governo de Allende: um golpe (VERDUGO, 2003, p. 131).

Considerando que o governo brasileiro mantinha-se a par das movimentações políticas dos exilados no país, não é estranho notar que também tinham interesse na agitação política pré-golpe. O CIEX produziu uma série de relatórios avaliando a situação interna do Chile durante a primeira semana de setembro de 1973, poucos dias antes da consolidação da ditadura chilena.

O primeiro é de 5 de setembro<sup>38</sup> e fala sobre a intensificação das medidas de repressão contra “grupos extremistas” com base na Lei de Controle de Armas – a lei em questão foi aprovada no ano anterior e baseou-se no controle de porte de armas de fogo, munição, explosivos, substâncias químicas inflamáveis ou asfixiantes e de quaisquer lugares em que estes objetos fossem armazenados<sup>39</sup>, sua promulgação serviu como maneira de impedir que organizações de esquerda adentrassem a luta armada, além de permitir que militares agissem a fim de reprimir a população civil. O Executivo apoiava a ideia de legislar sobre o assunto, mas tinha diversas ressalvas sobre seu conteúdo (ARENAS, 2021, p. 10).

O documento consta que a Marinha “está adotando a linha mais dura”, e nota que na última semana haviam sido detidos 146 “agitadores”. O informe também discorre sobre a operação militar feita por soldados do exército chileno em que 20 guerrilheiros foram detidos pois “possuíam uma fábrica clandestina de armamentos”. O relatório ainda comenta que além de armas e munições, material de “propaganda marxista e mirista” também foram apreendidos.

Após destacar as ações das forças chilenas, o documento é finalizado com a seguinte colocação: “Enquanto isso, a imprensa esquerdista continua protestando contra a aplicação da Lei de Controle de Armas, que está sendo chamada de “nova lei maldita”, em alusão à lei de 1948 que colocara o PC na ilegalidade”.

O segundo informe é de 6 de setembro<sup>40</sup> e trata das movimentações nos cargos do exército chileno. O assunto em questão é a renúncia do comandante em chefe do exército, Carlos Prats. O general Prats renunciou ao cargo no dia 23 de agosto de 1973 após uma série

---

<sup>38</sup> Ministério das Relações Exteriores, CIEX N° 411 “Chile. Situação interna”, 5 setembro de 1973. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2017/10/chile-pre-golpe-juntado.pdf> Acesso em: 3 nov. 2022.

<sup>39</sup> Ministerio de Defensa Nacional, Ley 17798 “Establece el Control de Armas”, 20 de Outubro de 1972. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=29291> Acesso em: 16 nov. 2022.

<sup>40</sup> Ministério das Relações Exteriores, CIEX N° 414 “Chile. Situação interna. Atitude das Forças Armadas”, 6 de setembro de 1973. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2017/10/chile-pre-golpe-juntado.pdf> Acesso em: 3 nov. 2022.

de eventos vexatórios<sup>41</sup>, cujo objetivo era levá-lo a desistir do cargo, visto que o mesmo era defensor do governo Allende (BANDEIRA, 2008, p. 498). A renúncia de Prats levou aos generais Guillermo Pickering e Mario Sepulveda Squella a demitirem-se em seguida, fato que consta no informe da CIEX.

O documento cita outra mudança, a do General Aviador Cesar Ruiz por Gustavo Leigh, e discorre sobre essas reformas:

Com essas reformas e exonerações parece ter sido contido a inegável tensão anti-marxista que imperava no Exército e na Força Aérea. Houve um esvaziamento da crise, pelo menos a curto prazo, e há indícios bastante seguros de que começa a se impor naquelas duas Forças Armadas uma linha de pensamento que advoga o máximo alheamento possível em relação ao problema político. Tal alheamento estaria baseado no raciocínio de que a deterioração da situação chilena é irreversível e o Governo Allende deverá cair por si próprio em prazo não muito longo [...]

O novo comandante em chefe do exército, o general Augusto Pinochet, é citado no documento como um “anti-marxista”. O informe deixa claro em seu decorrer que a troca dos integrantes das Forças Armadas chilena teria tom positivo por serem “mais duros”. Isso pode ser bem representado pelo último parágrafo do informe, onde fala-se que a troca de Prats por Pinochet dificultaria o governo de Allende a “continuar manobrando a “faixa cinzenta” da quase ilegalidade em seus esforços para implantar no Chile uma estrutura marxista”.

Alguns dias após a produção desses relatórios, no dia 11 de setembro de 1973, foi iniciado o golpe militar no Chile com Pinochet ocupando o cargo de presidente da Junta Militar. Para os brasileiros que residiam no país, o golpe de 1973 significou uma nova experiência traumática que, em alguns casos, excedeu o trauma do golpe de 1964. Afinal, a experiência de residir em um país cujo presidente socialista fora democraticamente eleito em meio às turbulências que ocorriam em outros países da América Latina foi única.

Os exilados que fizeram do Chile seu lar agora viam-se em busca de outro país para se asilar, especialmente pois o novo governo os considerava um risco: “A junta militar pedia ao povo chileno que denunciasse os estrangeiros – afirma Carlos Minc –, argumentando que éramos terroristas responsáveis por tudo de ruim que estava acontecendo no Chile” (MACHADO, p. 109).

Para outros exilados os seus países de origem haviam dado a opção de voltar para a pátria, mesmo na condição de enfrentarem processos ou prisões. No entanto, os exilados

---

<sup>41</sup> Os eventos foram sugeridos por agentes da *Central Intelligence Agency* (CIA) aos militares golpistas e consistiam em produzir situações humilhantes para Prats como, por exemplo, levar suas esposas para pronunciar ofensas em frente da casa do general.

brasileiros não tiveram o mesmo destino e a embaixada manteve-se fechada para prestar este auxílio (MACHADO, p. 110). Aqueles que não conseguiram sair do Chile a tempo ou se refugiar em casa de apoiadores foram presos e conduzidos ao Estádio Nacional do Chile, onde o CIEX nota a presença de 41 brasileiros no dia 28 de setembro de 1973.<sup>42</sup>

É importante reconhecer o estreitamento de relações entre Brasil e Chile após o golpe, tendo sido o Brasil o primeiro país a reconhecer o governo da Junta Militar, além de ter auxiliado o país com um lote de medicamentos, 40 mil toneladas de açúcar e um empréstimo de 20 milhões de dólares (DIAS, p. 277). A derrubada de Allende era ideologicamente favorável para o governo Médici mas também significava uma oportunidade econômica, visto que dava chance ao Brasil de consolidar-se como potência econômica na América do Sul.

O golpe de Estado chileno significou o fim da experiência socialista democrática na América Latina, e para os brasileiros que viam na situação do Chile um alívio em meio a repressão ocorrida no Brasil durante o regime militar, sinalizou o início de um longo processo até que pudessem retornar à pátria. É mencionado por aqueles que viveram o momento a sensação de diáspora após experiência chilena. Grande parte daqueles que antes residiam na América Latina seguiram para a Europa Ocidental, onde houve uma mudança no sentimento de pertencimento:

Depois, veio uma sensação universal de ser estrangeira muito mais profunda. Acho que isso marca a nossa integração na Europa porque a gente já vem desterrada da América Latina. Somos recebidos como refugiados. Na Suécia, eu me sentia muito identificada com os estrangeiros porque meu trabalho não era qualificado. Lá você é estrangeira na rua, você é cabecita negra, como se diz na Argentina (ROLLEMBERG, p. 58).

Com a Lei da Anistia, sancionada em 1979, muitos daqueles que estavam fora do Brasil tiveram a oportunidade de voltar para o país. No entanto, é preciso destacar as causalidades do exílio. É notável que existiram diversos casos de repressão nos regimes militares que tiraram a vida de muitos, mas há também de ser reconhecido a pressão psicológica que os eventos narrados causam naqueles que o experienciam. É por isso que golpe de Estado no Chile pode ser analisado como um impacto acentuado para aqueles que tinham o país como refúgio de uma realidade atordoante em seus países de origem. É necessário reconhecer os efeitos psicológicos que exílio causou naqueles que o vivenciaram. No caso de Maria Auxiliadora Lara Barcellos, Teresinha Viana de Jesus e Eugênio Caillard, o mesmo foi fatal (MACHADO, p. 113).

---

<sup>42</sup> Ministério das Relações Exteriores, Centro de Informações do Exterior (CIEX). Informe nº 473: Chile. Brasileiros Detidos. 28 de setembro de 1973. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2017/09/brasileiros-estadio-nacional1-pdf2.pdf> Acesso em: 3 nov. 2022.

A comunidade de brasileiros no Chile ditatorial foi obrigada a se dispersar em busca de outro país para manter-se no exílio, mas é preciso apreciar o trabalho feito durante os anos do governo de Allende pela segunda geração de exilados e, imediatamente após 1964, pela primeira geração. A mobilização para a fundação da “caixinha”, os periódicos como a *Frente Brasileña de Informaciones* e a Campanha foram mecanismos essenciais para a conservação das ideias da esquerda brasileira. Além disso, o exílio permitiu o encontro entre aqueles que por ventura não teriam se conhecido de outra maneira, permitindo que a experiência brasileira fosse enriquecida pela troca com exilados de outros países.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como principal objetivo compreender os mecanismos e características da comunidade brasileira que residia no Chile durante o governo do presidente Salvador Allende. Ademais, o monitoramento das autoridades brasileiras durante o período provou-se fator igualmente essencial para o desenvolvimento do trabalho, visto que o governo de Allende ocorreu durante os “anos de chumbo” no Brasil, logo, em um momento de intensa repressão e censura por parte dos oficiais do governo militar, e quando o exercício das agências de segurança estava em alta.

Para muitos brasileiros que iam para o país – seja por medo da prisão ou tortura via auto-exílio, ou porque foram vítimas do banimento legalizado pelo Ato Institucional 13 – o Chile representou uma espécie de paraíso em meio ao caos que tomava o continente. Partindo da preocupação de tomar cuidado com o vocabulário utilizado para descrever o período, houve, sem dúvida, uma forma de deslumbramento daqueles que se mudaram para o país. Deslumbramento, mas não ilusão, apesar das duas palavras parecerem semelhantes neste contexto.

O sentimento pode ser explicado pela exceção que o Chile representava no momento: durante o período estudado nesta monografia, o país estava rodeado de ditaduras militares. Seu vizinho de fronteira, a Bolívia, encontrava-se em um regime militar desde 1964. O Paraguai estava sob a liderança do ditador Alfredo Stroessner desde 1954, e o Brasil estava sob o comando do governo militar desde 1964. Esta característica do período estudado elucida porque não se pode subestimar o significado da eleição de Allende, visto que o presidente foi o primeiro candidato abertamente socialista a ganhar uma eleição desse nível na América Latina. Como foi discutido durante o capítulo 1, a eleição de Allende representou uma disrupção para os Estados Unidos em meio a Guerra Fria. É importante reconhecer o peso do sucesso em sua eleição, principalmente devido a intensa interferência do governo norte-americano durante o mandato de Richard Nixon e sob os conselhos de Henry Kissinger.

Logo, não é uma surpresa que os brasileiros que se viam desiludidos com o estado de sua pátria tivessem adotado o Chile como um milagre em meio a repressão de seus vizinhos. No Brasil, foi citado no trabalho como o estabelecimento do AI-5 inaugurou uma nova era para a ditadura civil-militar, tendo sido até motivo de uma repartição entre aqueles que acreditavam piamente nas intenções do governo e os que observavam no ato uma forma de extremismo e abuso de poder. Os exilados de segunda geração, ou seja, a partir de 1968, representaram uma resposta ao aumento das medidas repressivas outorgadas durante o período.

Nesse sentido, as fontes analisadas neste trabalho reforçam o entendimento de que as comunidades brasileiras formadas no Chile foram essenciais para a efetiva disseminação dos ideais de esquerda no país, como a *Frente Brasileña de Informaciones*, que tinha como objetivo espalhar para a comunidade internacional as violações de direitos humanos que ocorriam no Brasil no período. O jornal Campanha também teve ação importante durante essa fase, funcionando para estimular na esquerda brasileira que residia no Chile um novo senso de autocrítica, a fim de fortalecer as motivações ideológicas no período. A caixinha, apelido da Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade, teve funcionamento essencial para o estabelecimento dos brasileiros de segunda geração que chegavam no Chile. Suas ações de apoio financeiro foram decisivas para aqueles que chegavam no país, especialmente os que foram banidos do Brasil.

O golpe de setembro de 1973 significou uma ruptura na vivência dos brasileiros no país, fazendo com que as comunidades previamente citadas fossem obrigadas a, em sua maioria, se dissolver. A Campanha pode ser notada como exceção neste sentido – seu funcionamento continuou em Paris (CRUZ, p. 11). As fontes citadas no capítulo 2 demonstram como aqueles que antes estavam em uma posição que de certa forma era privilegiada, foram resumidos a “intrusos” após a Junta Militar ter tomado o poder no país e deposto o presidente Allende. Sem nenhum auxílio prestado pelo governo brasileiro, aqueles que tiveram a oportunidade foram obrigados a sair do país para fugir de outra perseguição política.

Entre os destinos dos exilados do Chile, a Europa mostrou-se popular. Nesse momento houve um segundo choque, visto que a condição de “privilégio” observada no Chile não se aplicava aos países europeus. É nesse período que se pode observar uma diáspora brasileira nos países do continente europeu, onde a condição de asilado político finalmente tornava-se evidente.

A participação do governo brasileiro e seu direto apoio ao governo militar do Chile há de ser ressaltado. Os benefícios econômicos já citados foram parte dos motivos para o expressivo apoio – um exemplo disso é o fato do Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer a legitimidade do novo governo da Junta Militar – mas é plausível inferir um possível interesse político em ver o governo de Allende ter um fim. Além disso, a ditadura chilena conferiu aos dois países um estreitamento de relações que demonstraram uma boa oportunidade para o Brasil consolidar-se como potência econômica.

O outro objetivo do trabalho buscava compreender a intensidade do monitoramento brasileiro feito sobre os exilados no período. Foi notado que o monitoramento foi realizado por diversas agências brasileiras, apesar de o Ministério das Relações Exteriores ter uma

quantidade de informações relevantes devido à natureza de sua organização. É importante notar que a vigilância das ações dos exilados ocorreu por meio de obtenção dos periódicos produzidos no Chile como o *Campanha* e a *FBI*, mas que a efetiva inteligência do funcionamento dos “subversivos” muito provavelmente viu-se bem sucedida devido ao uso de espionagem e infiltração nos meios de esquerda da comunidade brasileira no país. Além disso, não se pode negar a possibilidade de tortura a fim de adquirir informações sobre os acontecimentos dentro desses meios – especialmente visto que as ações aqui citadas ocorreram após estabelecimento do AI-5, que facilitou o uso de repressão de forma a garantir impunidade para aqueles que o praticavam.

O ponto final da experiência chilena para os brasileiros foi o golpe e o estabelecimento da ditadura Pinochet, mas a experiência do exílio em si só chegou ao final com a Lei da Anistia em 1979. Não se pode diminuir os efeitos do exílio naqueles que o vivenciaram, e é importante tentar compreender a dimensão das ações dos brasileiros que, em meio a uma situação de trauma que uma ditadura representa construíram uma comunidade em um país estrangeiro que teve grande impacto político no sentido de representar o Brasil para a comunidade internacional.

Em vista disso, nota-se que a relevância do trabalho gira em torno da melhor compreensão das ações dos brasileiros no Chile. Além disso, é notório que o monitoramento do governo brasileiro fazia com que as agências de informações tivessem pleno conhecimento das atividades dos brasileiros no país, ademais após o golpe chileno que colocou os cidadãos brasileiros que residiam no país em estado de fragilidade política e que afetou sua segurança.

O estudo de regimes ditatoriais como o do Chile e do Brasil, implica a discussão sobre a memória e temporalidade destes acontecimentos e os arranjos que ocorreram após suas quedas. No caso do Brasil, pode-se notar uma “desmemória” criada pela ditadura civil-militar, dado que os mecanismos de interdição do passado, como a Lei da Anistia, possibilitaram a ausência de conhecimento fático sobre o que aconteceu. Há uma diferença no tempo cronológico e com o tempo duracional, visto que houve distanciamento cronológico desde a ditadura, mas não uma ruptura simbólica com esse período.

Ainda no tópico da temporalidade, existe a noção da atualidade, já que esta implica na coexistência de ritmos temporais diversos em descompasso. Esse argumento se sustenta na base de que, no tempo cronológico, o passado pode estar distante ou diferente do presente, mas na temporalidade histórica, o presente pode se aproximar ou se distanciar na forma de questionamentos que orientam a construção da análise (BAUER, 2017).

Sobre o estudo de períodos semelhantes ao desta monografia, é importante conceber o que significa o tempo da história. Geralmente, este é compreendido por irreversível devido a inalterabilidade do passado, e o tempo da justiça seria reversível, visto que podem existir punições atribuídas a ele após o crime. Bevernage apresenta uma solução a essa questão: a noção de passado irrevogável (BEVERNAGE, 2012, p. 89). Em uma temporalidade irreversível, a história apresenta-se dissociada do passado, mas essa afirmação torna impossível compreender o tempo em sociedades que viveram situações limites, enquanto que na temporalidade irrevogável, é possível associar a persistência do passado no presente, apesar do distanciamento cronológico e da concepção do passado como distância, recusando sua compreensão como ontologicamente inferior. Tal diferenciação torna o entendimento dos efeitos de ditaduras mais compreensível, e ajuda a entender as questões sobre o tratamento das consequências de regimes autoritários na contemporaneidade.

A compreensão de fatores da teoria histórica sobre memória e a temporalidade presente nestes acontecimentos é essencial para entender as consequências dos regimes ditatoriais. É falado algumas vezes neste trabalho o termo “trauma”, usado para identificar os efeitos dos acontecimentos sobre as vítimas. Especialmente em situações como a brasileira, existe uma falta de ruptura simbólica entre o período da ditadura e o período que vivemos hoje. O estabelecimento de comissões da verdade no Chile e no Brasil partiram do princípio de reformar as fendas deixadas pelas rupturas do período ditatorial, mas é preciso notar que suas principais tarefas consistiam em identificar as violações ocorridas durante o período, mas não as julgar. Diferenciado do Brasil neste sentido, no início dos anos 2000 o judiciário chileno passou a julgar cada vez mais casos de lesa humanidade, incorporando assim o tratamento conferido pelo direito internacional (RIBEIRO, 2021 p. 139).

Nos dois países, portanto, houve certa impunidade daqueles que cometeram os atos durante a ditadura – apesar de que o Brasil, mais que o Chile, ter sido conivente por este sentido (MEZAROBBA, 2007, p. 299), especialmente quando se analisa a retórica utilizada para falar dos acontecimentos durante a ditadura e até no estabelecimento da CNV brasileira, de identificação dos crimes cometidos como forma de reexaminar a memória recente do país em busca de verdade, mas nunca em busca de “revanchismo”.

Levando em consideração os fatores aqui identificados, há de se notar o interesse em produzir uma pesquisa sobre os efeitos devastadores da ditadura civil-militar brasileira. Paralelamente aos acontecimentos narrados, o Brasil passava por um momento de intensa

repressão e brutalidade institucionalizada. Compreender todos os fatores da história recente do país mostra-se como uma missão cujo valor nunca é reduzido, especialmente considerando os fatores não resolvidos que dificultam o entendimento de algumas ações da ditadura civil-militar brasileira. Para aqueles que seguem no esforço de compreender os mecanismos de um período obscuro para a história brasileira, nota-se a importância de disposição e esforço para interpretar e trabalhar os achados de uma pesquisa acadêmica deste porte.

## FONTES

BRASIL. Ato Institucional nº 13, 5 de setembro de 1969. Brasília, DF, 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br//CCIVIL\\_03/AIT/ait-13-69.htm](http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-13-69.htm)>. Acesso em: 28 out. 2022.

\_\_\_\_. Ato Institucional nº 5, 13 de setembro de 1968. Brasília, DF, 1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br//CCIVIL\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 28 out. 2022.

Centro de Informações da Aeronáutica, Informação nº 566, 1972. Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=2158006&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2158006&v_aba=1) Acesso em: 16 nov. 2022.

CHILE. Lei nº 16640, Artigo 4 de 16 de julho de 1967. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=28596&idParte=&idVersion=1989-01-07> Acesso em: 14 ago. 2022.

CIA, Memorandum of Conversation of Meeting with Henry Kissinger, Thomas Karamessines, and Alexander Haig, October 15, 1970. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/> Acesso em: 3 dez. 2022.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1968. Edição 23217. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 5 dez. 2022.

\_\_\_\_, Rio de Janeiro. Edição nº 23848, 1971. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 5 dez. 2022.

DOI/CODI, Cópias de depoimentos dos epigrafados, Informação nº 288, 1973. Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1888071&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1888071&v_aba=1) Acesso em: 16 nov. 2022.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. Edição 172, 1970. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 5 dez. 2022.

Ministério da Aeronáutica, Informe de Agente da ditadura sobre cotidiano de alguns ex-presos políticos exilados no Chile, 1971. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/informe-de-agente-da-ditadura-sobre-o-cotidiano-de-alguns-ex-presos-politicos-exilados-no-chile/> Acesso em: 10 dez. 2022.

Ministério das Relações Exteriores no Estado da Guanabara. “Sequestro do Embaixador da Suíça. Nota de 11/1/71 sobre a liberação dos terroristas. Reação do Governo Chileno”. Telegrama nº 70 de 12 de janeiro de 1971. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/> Acesso em: 9 dez. 2022.

Ministério das Relações Exteriores, CIEX nº 241. “Chile. Publicações Subversivas”, 1973. Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1824339&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1824339&v_aba=1) Acesso em: 16 nov. 2022.

\_\_\_, CIEX N° 411 “Chile. Situação interna”, 5 setembro de 1973. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2017/10/chile-pre-golpe-juntado.pdf> Acesso em: 3 nov. 2022.

\_\_\_. “Frente Brasileira de Informações. Programa Radiofonico”. Telegrama Expedido n° 232. 24 de abril de 1972. Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1352047&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1352047&v_aba=1) Acesso em: 3 nov. 2022.

Serviço Nacional de Informações, “Miguel Arraes - Plano Subversivo para o Brasil” Informe n° 060, 1972. Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1023789&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1023789&v_aba=1) Acesso em: 14 fev. 2022.

\_\_\_, “O movimento subversivo na América Latina. A subversão no Cone sul”. Apreciação especial n° 2, 1972. Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1905267&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1905267&v_aba=1) Acesso em: 3 nov. 2022.

## BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção: [Homo Sacer, II, I]**. Boitempo Editorial, 2015.

ARAÚJO, Maria Celina de; CASTRO, Celso (org.). **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARENAS CARMONA, Andrés Ignacio; GÓMEZ PÉREZ, Patricio Eduardo. **Análisis histórico evolutivo de la ley de control de armas**. 2021.

ÁVILA DIAS, Cristiane Medianeira. A DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (DSI/MRE), O CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR (CIEX) E O MONITORAMENTO DOS BRASILEIROS EXILADOS: O CASO DO CHILE (1970-1973). **Tempos Históricos**, v. 24, n. 1, 2020.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade**. 1ª edição. São Paulo: Paco, 2017.

BETHELL, L.; ROXBOROUGH, I. **A América Latina entre a segunda guerra mundial e a guerra fria**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1996.

BEVERNAGE, Berber. **History, memory, and state-sponsored violence: time and justice**. Routledge, 2012.

BITAR, Sérgio. **Transição, socialismo e democracia: Chile com Allende**. Rio de Janeiro: Paz

CASTRO, Celso et al. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. 1994

COLLIER, Simon et al. **A history of Chile, 1808-1994**. Cambridge University Press, 1996.

CORVALÁN, Luis. **El gobierno de Salvador Allende**. LOM ediciones, 2003.

CRUZ, Fabio Lucas da. **Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979)**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DE ALVARENGA, Daniel Levy. **O PALÁCIO MONROE E AS TRINCHEIRAS DA MEMÓRIA**. Revista de História Bilros: História (s), Sociedade (s) e Cultura (s), v. 7, n. 14, 2019.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. **Minha terra tem horrores: o exílio dos brasileiros no Chile (1970-1973)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, RS), 2019.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Editora Record, 2001.

FILHO, Daniel Aarão Reis. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000, p. 35.

GARCÉS, Joan. **Allende e as armas da política**. São Paulo: Página Aberta, 1993.

GAUDICHAUD, Franck. Chile, 1970-1973. **Mil días que estremecieron al mundo. Poder popular, cordones industriales y socialismo durante el gobierno de Salvador Allende**. Santiago: LOM, 2016.

GUTERMAN, Marcos. Médici e o futebol: a utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do regime militar. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 29, n. 01, 2004.

HELAL, Ronaldo. **Passes e impasses: futebol e cultura de massas no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1997.

HERSH, Seymour. **The price of power: Kissinger in the Nixon White House**. Simon and Schuster, 2013.

MACHADO, Cristina Pinheiro. **Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia**. Editora Alfa-Omega, 1979.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese (Doutorado Ciência Política) – PPG-Ciência Política/UFRGS, Porto Alegre, 2011.

MEZAROBBA, Glenda; BRANDÃO, Gildo Marçal. **O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile)**. 2008.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende: 1970-1973**. Rio de Janeiro: Record, 2008,

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**, v. 38, p. 195-216, 2018.

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. **A resistência no exílio: Miguel Arraes e o boletim Frente Brasileira de Informações (1969-1973)**. 2021.

ORELLANA, Patricio. **El exilio chileno**. Tesis presentada a la Universidad de Sussex, IDS, Falmer, England, 1981.

QURESHI, Lubna Z. **Nixon, Kissinger, and Allende: US involvement in the 1973 coup in Chile**. Rowman & Littlefield, 2008.

RIBEIRO, Homero Bezerra. **Responsabilização penal dos delitos de lesa-humanidade da Ditadura Brasileira: limites e possibilidades a partir de uma análise comparada com o Chile**. 2021.

ROJAS MIX, Miguel. **El dios de Pinochet. Fisionomía del fascismo iberoamericano**. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

ROLLEMBERG, Denise . “**A ditadura civil-militar em tempo de radicalizações e barbárie. 1968-1974.**” Francisco Carlos Palomanes Martinho (org.). Democracia e ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, pp. 141-152

\_\_\_\_\_, Denise. **Esquerdas revolucionárias e luta armada**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.) O Brasil Republicano Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. Editora Record, 1999.

SAID, Edward W. **Reflections on exile: and other literary and cultural essays**. Granta Books, 2013.

SCHWARTZ, Thomas A. **Henry Kissinger and American Power: A Political Biography**. Hill and Wang, 2020.

SEPÚLVEDA, Alfredo. **La Unidad Popular: los mil días de Salvador Allende y la vía chilena al socialismo**. Sudamericana, 2020.

SILVA, Camilla Cristina. O Brasil do deixe-o: vivências e lutas no exílio. **Escrita da História**, p. 47-66, 2015.

SIMÕES, Silvia Sônia. O golpe de estado e a primeira fase da ditadura civil-militar no Chile. **Espaço Plural**, v. 13, n. 27, 2012.

VERDUGO, P. **Chile, 1973: Como os EUA derrubaram Allende**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2003.

VIÑAR, Maren e Marcelo. **Exílio e tortura**. São Paulo: Escuta, 1992.

VIZENTINI, P.G.F. **Da Guerra Fria à crise (1945-1990): as relações internacionais contemporâneas**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1990.